

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LIEGE RADIM BERLATO

USO DE MÍDIAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

2

CURITIBA – PR
2010
LIEGE RADIM BERLATO

USO DE MÍDIAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina Metodologia da Pesquisa Científica como requisito parcial para a aprovação no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Mídias Integradas na Educação, Coordenação de Integração de Políticas de Educação a Distância da Universidade Federal do Paraná.

Profa. Orientadora: Msc. Roberta Rafaela Sotero Costa

CURITIBA– PR
2010
LIEGE RADIM BERLATO

USO DE MÍDIAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Mídias Integradas na Educação, Coordenação de Integração de Políticas de Educação a Distância da Universidade Federal do Paraná.

Roberta Rafaela Sotero Costa
Profa. Orientadora: Msc.

CURITIBA – PR

2010

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, pelo carinho, dedicação e incentivo.

Aos mestres pelos saberes repassados.

À professora orientadora, pela dedicação na correção deste trabalho.

Aos colegas e amigos, pelo companheirismo.

Aos alunos de EJA, motivo da busca pelo aprendizado.

A todos meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Este trabalho envolve o uso de mídias na educação de jovens e adultos (EJA) e tem a finalidade de apresentar algumas considerações importantes sobre a inclusão digital e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) na escola e no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa de campo proporcionou levantar dados importantes sobre o conhecimento que os professores e alunos de EJA têm sobre a inclusão digital e como a mesma vem se processando na escola e no cotidiano. O desconhecimento desses termos ainda é grande no espaço escolar, professores e alunos do ensino regular não avançaram satisfatoriamente no sentido de usar as ferramentas como apoio para melhor a pesquisa e conseqüentemente o ensino em sala de aula. Com professores e alunos de EJA as dificuldades são ainda maiores, existem outros entraves que dificultam o progresso dos educandos em outras instâncias da aprendizagem. Os alunos jovens e adultos necessitam estar incluídos no mundo digital, são exigências da sociedade e do trabalho, portanto as propostas de inclusão digital e das TIC's, são prioritárias para inserir esses indivíduos no mundo do trabalho.

Palavras-chaves: Inclusão digital. TIC's. Professores. Alunos. EJA. Mídias na Educação.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo de Serviço (professor).....	30
Gráfico 2 – Utilização do computador pelos professores.....	31
Gráfico 3 – Local de acesso ao computador e a Internet (professor).....	32
Gráfico 4 – Tempo de uso do computador por semana (professor).....	33
Gráfico 5 – Participação em Atividades de Inclusão Digital (alunos).....	40
Gráfico 6 – Conhecimento sobre Inclusão Digital.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. FORMAÇÃO DOCENTE A PARTIR DA LDB N° 9394/96.....	9
2. BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO	
BRASIL.....	14
2.1. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E AS TECNOLOGIAS DA	
INFORMAÇÃO (TIC's).....	19
3. METODOLOGIA.....	29
3.1 UNIVERSO, AMOSTRAGEM E LOCALIZAÇÃO.....	29
3.2 TRATAMENTO DOS DADOS.....	29
3.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	30
3.4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA COM PROFESSORES.....	30
3.5 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA COM ALUNOS.....	39
3.6 SUGESTÃO DE CONFECÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS.....	47
APÊNDICE.....	49

INTRODUÇÃO

Na atualidade, as pessoas utilizam muito mais as mídias do que os livros, pois é mais prático e fácil. Alunos, crianças, adolescentes, jovens e adultos permanecem longas horas em frente ao computador – mais tempo do que o período que passam na escola. Nota-se também o incentivo de programas educacionais como a *TV pendrive* que motiva os professores para a utilização das mídias na escola. Este recurso exige dos professores conhecimento das mídias e tecnologias aplicadas à educação, sendo que o *pendrive* é uma ferramenta que armazena dados extraídos de sites virtuais, ou do portal do professor da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED/PR). A questão-problema que norteou a pesquisa situa-se em como incentivar o ensino-aprendizagem em EJA, utilizando recursos midiáticos e tecnológicos.

Os objetivos desse trabalho pautaram-se na análise dos conhecimentos dos professores e alunos de EJA relacionados às novas tecnologias como recursos educacionais. A partir desses conhecimentos visa-se a apontar para a elaboração de material didático utilizando recursos da mídia e tecnológicos com alunos de EJA.

A tecnologia dos computadores, internet, correios eletrônicos, sites de pesquisa e informação, tem atraído pessoas de todas as idades, principalmente os alunos que aos poucos vêm perdendo o interesse nas aulas expositivas e no uso do livro didático. As pesquisas na biblioteca nem sempre são bem vindas, sendo que requerem a leitura e reprodução escrita em livros, que necessitam ser escolhidos dentro dos temas propostos pelo professor.

Na internet, os alunos navegam e pesquisam com rapidez, pois esta ferramenta oferece recursos rápidos e direcionados exatamente ao tema exigido para a pesquisa. Torna-se necessário que o professor passe a utilizar mais este recurso para o ensino-aprendizagem dos alunos, na mediação do conhecimento e na troca de experiência. Quando professor e aluno trabalham juntos, ambos aprendem e ensinam. Essa troca é salutar no ambiente escolar.

Neste sentido, justifica-se que os professores com o auxílio dos alunos construam material pedagógico utilizando recursos midiáticos e tecnológicos, incentivando o ensino-aprendizagem, sem com isso, desviar o foco dos conteúdos básicos que devem ser ensinados e que fazem parte do currículo da escola.

Os alunos de EJA se diferenciam dos demais alunos, são pessoas, na grande maioria, inseridas no mercado de trabalho formal ou informal e que recorrem à escola para concluir os estudos abandonados em algum momento da vida, ou ainda, pessoas que não estudaram em tempo oportuno e agora, em idade avançada, encontram na EJA a oportunidade de alfabetização, formação para o trabalho e melhoria da qualidade de vida.

Algumas dessas pessoas sofrem a exclusão, necessitam do apoio e da orientação de outros para executar as tarefas rotineiras, como a leitura de uma placa, uma bula de remédio, uma receita de bolo e outros. O domínio da leitura e da escrita é fundamental para que o ser humano possa conviver em sociedade, exercendo sua liberdade e autonomia.

Nesta pesquisa resgatou-se uma breve história do ensino de jovens e adultos e sua trajetória no Brasil para depois adentrar na era atual e as influências da tecnologia na educação em geral e como ela chega à EJA. Houve também a necessidade de refletir sobre a formação docente na perspectiva histórico-crítica e na ótica da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96.

Este trabalho está dividido em partes. O primeiro capítulo trata da formação docente a partir da LDB nº 9394/96. O segundo capítulo abordou brevemente a história da educação de jovens e adultos no Brasil, tecnologia e a educação de EJA. No terceiro capítulo está a metodologia e o tratamento dos dados.

1. FORMAÇÃO DOCENTE A PARTIR DA LDB Nº 9394/96

Para entender os desafios das novas tecnologias e a sua influência na educação, torna-se necessário compreender a formação docente e em que momento as tecnologias são inseridas na sua formação. Pelo que se observa, na maioria das escolas, inúmeros professores não dominam plenamente a tecnologia colocada à disposição nas escolas. Atualmente, a incursão dos computadores tem se mostrado como um desafio a ser enfrentado e superado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, número 9394/96 aprovada em 20 de dezembro de 1994 em seu artigo 62, determina que para atuar na Educação Básica, o docente deve ter nível superior. Até então, no Brasil havia aproximadamente um milhão de professores em atividade, sem essa titulação.

Apesar de a Lei citar no artigo 43 os objetivos de “formar profissionais em diferentes áreas de conhecimento e incentivar o trabalho de pesquisa [...] visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia”, pouco se progrediu nessa direção, sendo que as mudanças a serem realizadas eram tantas que a formação tecnológica do professor ficou para um segundo plano. Os professores que estavam em sala de aula sem titulação foram em busca de suas formações pedagógicas, mas nem todos os cursos contemplaram o acesso do professor aos meios tecnológicos e a inserção desses “alunos” aos ambientes virtuais, mesmo que já nesse período a tecnologia dos computadores já se mostrava imperiosa na vida dos alunos de Ensino Fundamental e Médio, alunos com os quais os professores recém formados iriam atuar.

O educador Antonio Nóvoa (1993, p.9) salienta que: “não há um ensino de qualidade nem a reforma educativa nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores”. A proposta de formação de professores indica um processo de formação coletiva constituindo-se em estratégia de ação, organização de fóruns, com professores, coordenadores, e acadêmicos para o estudo e análise das documentações e das concepções de formação. Visa-se, assim, a aperfeiçoar a atividade docente, incluindo saberes científicos, críticos didáticos, competências relacionadas, saber fazer pedagógico e competências organizacionais.

Algumas dificuldades surgem na educação continuada como a falta de verbas, dificuldades de liberação do horário de trabalho dos professores para que possam estudar, falta de local apropriado, materiais, a articulação entre a faculdade e a escola, de motivação do professor, dificuldade de avaliar a prática pedagógica, discordância entre objetivos da formação do professor e a agência formadora e o estabelecimento da relação entre teoria e prática. Fussari¹ (1997 *apud* Bruno et al. 2007, p.23) enfatiza que:

A formação contínua na escola e fora dela dependem das condições de trabalho oferecidas aos educadores, mas depende também das atitudes destes diante de seu desenvolvimento profissional. Não podemos relegar a formação contínua exclusivamente à responsabilidade do Estado. Cada educador é responsável por seu processo de desenvolvimento pessoal e profissional; cabe a ele o direcionamento, o discernimento e a decisão de que caminhos percorrer. Não há política ou programas de formação contínua que consiga aperfeiçoar um professor que não queira crescer, que não perceba o valor do processo individual-coletivo de aperfeiçoamento pessoal-profissional.

A formação continuada requer a formação de equipes, definindo os fundamentos teóricos, finalidades, seleção e preparação de conteúdos das atividades de aprendizagem, pesquisando as fontes, informações e conhecimentos, organização e sistematização de materiais, motivação e avaliação dos produtos produzidos pelos alunos. Resumindo, o fazer pedagógico requer reflexão por parte do professor.

Para Placco e Silva² (*apud* Bruno et al, 2007), a reflexão assume três níveis: técnica, tática e críticas, que correspondem a análise das ações explícitas, planejamento e ação, e considerações éticas políticas da prática. São três formas de reflexão: a introspecção, reflexão e indagação.

Segundo Paulo Freire (1996) a reflexão é uma marca da análise crítica dos fatos, evidencia a relação sujeito-objeto vê a possibilidade da autotransformação do contexto empírico, social, e histórico, pela ação consciente e deliberada sobre a realidade na qual é determinado, mas também determinante, ou seja, influenciado, mas também influencia. A pesquisa não é muito desenvolvida na formação do

¹ FUSARI, José Cerchi. Formação contínua de educadores na escola e em outras situações. In: BRUNO, ALMEIDA, CRISTOV. **O coordenador pedagógico e a formação docente**. São Paulo: Loyola, 2007.

² PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; SILVA, Sylvia Helena Souza da. In: BRUNO, ALMEIDA, CRISTOV. **O coordenador pedagógico e a formação docente**. São Paulo: Loyola, 2007.

professor porque encontra várias dificuldades. Dentre elas a falta de interação com o computador e aos ambientes virtuais, falta o domínio da tecnologia.

Segundo Magda Soares (1993), os professores que realizam pesquisas, aprendem a aprender processos de produção de conhecimento. Realizar pesquisas contribui para a formação de um docente inquiridor, questionador que problematiza sua prática para desenvolver atividade ativa, autônoma criativa e comparativa. A pesquisa não vai dizer o que o professor deve fazer, mas ajudá-lo a entender melhor o que se passa na sala de aula. O professor pesquisador opta por uma formação continuada.

Para Paulo Freire (1996 *apud* ROMANOWSKI, 2003), o professor deve ter consciência do que faz e qual o significado de suas ações. O professor necessita avaliar a sua prática constantemente, desenvolver atitudes diferentes. Assim, o currículo é um espaço e um processo aberto contextualizado que permite elaborar uma nova cultura emergente na aula. E essa cultura emergente requer o uso das tecnologias, considerando a sociedade e o mundo do trabalho como informatizados.

Romanowski (2003), sobre a LDBEN, Lei 9394/96, ressalta que a formação contínua aparece entendida sob várias formas: capacitação em serviço, educação continuada, aperfeiçoamento profissional continuado, programa de capacitação e treinamento em serviço.

A formação de professores abrange diferentes dimensões salientadas por Placco e Silva *apud* Bruno et al (2007, p.26-28), dentre essas destacam-se as seguintes dimensões: técnico científica, formação continuada, trabalho coletivo e da construção coletiva do projeto pedagógico, dimensão dos saberes para ensinar, crítico-reflexiva e a avaliativa.

A relevância de práticas de formação docente exige reconhecer que o investimento na formação não pode ficar debitado apenas às iniciativas individuais e voluntárias do docente, mas tem de representar uma meta clara no projeto escolar-institucional (PLACCO; SILVA *apud* BRUNO et al 2007).

Os professores que refletem sobre a ação pedagógica nessas dimensões estão envolvidos e comprometidos com o ato de ensinar. Para que se possa ocorrer a formação do aluno na escola, este é realizado por um conjunto de profissionais que interagem. A equipe de profissionais que trabalha na escola necessita manter-

se sincronizada, com objetivos comuns, sendo que todas as funções são importantes, quando se busca a eficiência no ensino, alcançando os objetivos propostos pela instituição. As ações dos professores são imprescindíveis para que a escola possa realizar seu trabalho com eficiência.

A formação de educadores de EJA, não foge à regra, as exigências são as mesmas: formação continuada, troca de experiências, engajamento com a modalidade de ensino e a ação conjunta na elaboração do projeto pedagógico e o uso de metodologias inovadoras para a conquista do sucesso na alfabetização de jovens e adultos, bem como a inserção desses indivíduos na sociedade.

Em relação às Tecnologias de Informação e Comunicação, a formação continuada de professores, é fundamental, sendo que este profissional necessita estar atualizado no que tange a sua prática pedagógica. O domínio da tecnologia se mostra importante no processo ensino-aprendizagem.

Sarmiento *apud* Bruno *et al* (2007, p.65) salienta que:

precisamos desmistificar, entre os educadores, a visão mecanicista e reducionista de que a tecnologia é máquina, é ferramenta. Tecnologia não pode ser confundida com aparato tecnológico, com máquina. Tecnologia é conhecimento aplicado, é saber humano embutido em um processo, seja esse processo automático ou não, implique artefato ou não. Tecnologia é, antes, uma mudança no *fazer* que freqüentemente embute uma correspondente mudança de *concepção*. (grifos do autor).

A inclusão digital e a educação para o uso das TIC's na escola exigem uma nova postura a ser desempenhada e incorporada pelos educadores tanto de escolas regulares quanto de educação de jovens e adultos.

O governo federal procurou desenvolver mecanismos para que os professores tivessem acesso à tecnologia, tanto que foram desenvolvidos os Núcleos Regionais de Tecnologia Educacional (NRTes), e os estados com as Coordenações Regionais de Tecnologia na Educação (CRTEs), visando a assessorar as escolas e formar educadores para o trabalho pedagógico com o uso dos computadores. Mas é importante que se perceba a situação em que se encontram os professores que estão lotados nas escolas. Eles possuem carências, “a grande maioria com nenhuma ou muito pouca intimidade com as novas tecnologias...” (SARMENTO, 2007, p.66).

Sarmiento (2007) apresenta algumas idéias para conduzir os professores nos caminhos da tecnologia, são ações básicas que darão sustentação no processo contínuo de formação do professor.

O professor precisa conhecer alguns softwares ou aplicativos (*Word, Excel, Power Point*). O *Word* é um processador de textos, o *Excel* de planilhas eletrônicas (cálculos, gráficos e tabelas) e o *Power Point* um software de apresentação. Estes três apresentam “ótimo potencial de utilização pelos professores e são de grande utilidade na sala de aula” (SARMENTO *apud* BRUNO *et al* 2007, p.67). Conhecendo esses aplicativos os professores poderão preparar aulas mais atrativas para os alunos, inclusive favorecendo a interdisciplinaridade, o trabalho conjunto entre professores e também a produção dos alunos.

A maior rede de informações disponível no ambiente virtual é a Internet, é importante tanto para professores como para os alunos, sendo que as pesquisas, vídeos, mapas, artigos, jornais, revistas, documentários e outros, estão dispostos em sites, portanto, a Internet é uma biblioteca virtual de fácil acesso.

Os alunos de todas as faixas etárias recebem de forma satisfatória a utilização de TIC's na escola e na sala de aula, porque saem da rotina do livro didático e dos conteúdos expositivos. Munhoz (2003, p.11) enfatiza que:

graças ao desenvolvimento das novas tecnologias e da Internet e sua participação cada vez mais crescente nas soluções oferecidas aos estudantes, podemos observar alterações cada vez mais significativas nos ambientes das salas de aula tradicionais.

As mudanças que estão ocorrendo na sociedade e nas escolas não podem ser processadas por imposição do imperativo tecnológico. Os professores devem ter formações diferenciadas e os alunos devem desempenhar novos papéis, utilizando as tecnologias, tanto nas escolas, na sala de aula, como na vida fora da escola, no trabalho e na sociedade.

O capítulo 2, a seguir, apresenta um breve histórico da educação de jovens e adultos no Brasil e o desenvolvimento das TIC's, na escola e no trabalho, as dificuldades enfrentadas por estes alunos para serem incluídos na era digital.

2. BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), percorreu caminhos nem sempre considerados proveitosos. Nos anos 40, esta educação era entendida como uma extensão da escola formal, que enfatizava as áreas rurais. Gonçalves (2007, p.20) cita que:

Na década de 1940, o termo educação de jovens e adultos passou a designar os aspectos escolarizados da formação. [...] tal termo constituiu-se ao longo da história, inicialmente na esfera política, em um exercício de poder, sendo posteriormente reconhecido juridicamente, através de normatizações que reconhecem e garantem gradativamente a EJA, mas como consolidação do discurso de poder posto anteriormente. E a última esfera vem posta pelo âmbito educacional, na busca pela formação do indivíduo, como se este nada soubesse. Assim se construiu o termo educação de jovens e adultos na história da educação do Brasil.

Na década de 50, a Educação de Adultos passou a ser compreendida como uma educação de base, centrada no desenvolvimento comunitário. Conforme Gadotti (1979, p.72), no final desta década surgem duas tendências significativas, ou seja, a Educação de Adultos libertadora (conscientizadora) defendida por Paulo Freire e a Educação de Adultos como educação funcional (profissional).

Concordando com a citação, Gonçalves (2007, p.20) ressalta que:

em contraposição a esta construção, está a concepção de educação como o contínuo processo de reflexão e conscientização de homens e mulheres; como nos aponta Fiori (1986), educação e conscientização implicam-se mutuamente, pois a consciência é o “(...) *retomar reflexivo do movimento da constituição da consciência como existência*” (p. 03), e neste processo de movimento, homens e mulheres se constituem e se assumem, ao que Fiori (*ibid*) chama de produzir-se, reproduzir-se e refazer-se, que constitui a verdadeira educação.

Neste sentido a educação de jovens e adultos serve para reformular conceitos, produzindo e reproduzindo, ela é reflexiva sobre aquilo que o indivíduo já conhece.

Na década de 60, no período militar, surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF, criado pela Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967, teve suas raízes em campanhas de alfabetização de adultos executadas por Lourenço

Filho, educador brasileiro que ficou conhecido por sua participação no movimento dos pioneiros da Escola Nova.

Conforme cita Gonçalves (2007, p.39),

ao longo da década de 1950, é iniciada uma forte crítica ao caráter superficial do ensino da Campanha de Educação de Adultos, [...] que se estende até a década de 1960, acompanhada por Conferências e apontamentos da UNESCO em relação ao tema. A partir de então, passou-se a buscar um novo paradigma pedagógico, que tem como referência a proposta pedagógica e política do educador Paulo Freire.

O novo paradigma pedagógico foi enfatizado na Lei nº 5.379/67, cujo texto dizia o seguinte: “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida” (BELLO, 1993). Observa-se que havia a intenção de ensinar apenas o básico aos alunos adultos, ou seja, a leitura, a escrita e os cálculos matemáticos fundamentais para a inserção no mundo do trabalho e na sociedade.

Na década de 70 surge a Lei de Reforma nº 5.692/71 com um capítulo regulamentando o ensino supletivo e recomendando aos Estados atender jovens e adultos. Constava no Capítulo IV desta lei o seguinte texto:

Capítulo IV

Do ensino supletivo

Art.24 - O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

O Ensino Supletivo não se destinava a alunos não alfabetizados, mas para aqueles que já haviam freqüentado a escola, e que por algum motivo interromperam os estudos. O artigo 25 desta lei, fala em alfabetização ou iniciação no ensino da leitura, escrita e na contagem de números importantes para a formação profissional.

Art.25- O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos.

Na década de 70, a Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971 estruturou o Ensino Supletivo, seguindo orientações que visavam a atenção especial para a escolarização regular daqueles que não tiveram oportunidade de continuar e concluir seus estudos em idade adequada. Os antigos exames de “Madureza” sofreram mudanças e passaram a ser chamados de “Exames Supletivos”, controlados pelo Estado. O Parecer nº 699/72 inovou e implantou cursos diferenciados, com novas metodologias, para atender a população que se encontrava fora da escola.

Ainda sobre a Lei nº 5692/71, salienta-se que ela concedeu flexibilidade e autonomia aos Conselhos Estaduais de Educação para que normatizassem o tipo de oferta de cursos supletivos nos Estados brasileiros. Para atender a demanda crescente de alunos para o ensino supletivo, em 1973 o Ministério da Educação (MEC) criou o DESU (Departamento de Ensino Supletivo) e através da Secretaria Estadual de Educação passaram a cuidar dessa modalidade de ensino, implantando-a em todo o país.

Entre 1964 e 1985 o Estado se mostrou receptivo a introdução de tecnologias na educação com o intuito de atingir um número maior de alunos. A proposta do Estado era oferecer educação para as populações que estavam em defasagem de ensino (jovens e adultos) de classes menos favorecidas, cujos custos seriam reduzidos. Com isso, mais alunos teriam oportunidades educacionais, estas ações ampliariam o nível cultural no país. O crescimento populacional intensificou-se em 20 anos (64 a 85) e, portanto, havia um desnível muito grande em relação a educação.

Na década de 90, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, houve melhoras significativas na Educação de Jovens e Adultos, mesmo assim, o espaço a esta modalidade de ensino ainda era irrelevante, se comparado a quantia de alunos fora da escola ou que não haviam concluído a sua formação acadêmica.

No Parecer 11/2000, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/01 e na Resolução CNE/CEB nº 1 de 1999. Tratam a Educação de Jovens e Adultos como um direito cidadão e, portanto, é dever da União, Estados e Municípios

contribuam para que esta modalidade de ensino seja efetivada, para atender a demanda existente e suprir as exigências sociais e trabalhistas destes alunos.

Sobre o Parecer 11/2000, Gonçalves (2007, p.43) cita o seguinte:

tal parecer, relatado por Carlos Roberto Jamil Cury, ao tratar das Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, propõe orientar a concretização das ações da modalidade educativa no Brasil, envolvendo os poderes públicos e as iniciativas da sociedade civil. Definem-se as funções da EJA tomando como referência os documentos resultantes dos grandes eventos internacionais sobre educação escolar do período, ou seja, final do século XX, início do XXI.

Ainda sobre o Parecer 11/2000, a Educação de Jovens e Adultos tem três funções principais, em primeira opção cita-se a **função reparadora**, que se constitui na restauração do direito a uma escolarização de qualidade, e acesso a um bem real e social, que a educação contribua para conquistar a cidadania e para a inserção no mundo do trabalho, adquirindo competências escolarizadas. Em segundo momento, que a educação desempenhe a **função equalizadora**, para garantir o acesso e permanência na escola, com maiores oportunidades no sentido de readquirir a oportunidade de inserção social igualitária. Como terceira opção, enfatiza-se a **função qualificadora**, para fixar o estudante no mercado de trabalho, dando a ele a qualidade exigida pela sociedade (GONÇALVES, 2007).

Consta nas Diretrizes Curriculares para EJA que os alunos retornam aos estudos por duas razões que são as exigências da sociedade e do trabalho (instrumento para se inserirem na sociedade da informação) e por aspirações pessoais. Para atender as necessidades desses educandos, torna-se imprescindível que o professor e a escola conheçam a realidade dos alunos e seus anseios, para desenvolver proposta pedagógica e ações metodológicas que contribuam para inseri-los no mercado de trabalho e para a concretização de seus sonhos.

A proposta pedagógica de EJA deve romper com paradigmas e modelos trazidos pelos alunos de que devem esperar conteúdos prontos, a tendência desses educandos é para a passividade esperando absorver o conhecimento repassado pelo professor. O aluno necessita passar de passivo para ativo, contribuir para o ensino aprendizagem, tornando-se sujeito autônomo e construtor de seu conhecimento.

O aluno jovem ou adulto tem uma bagagem de vida, de conhecimentos importantes que servem de base para o processo ensino e aprendizagem, é importante que o professor reconheça e valorize as experiências adquiridas ao longo do tempo, inclusive as adquiridas fora da escola, durante a sua vida em sociedade. Portanto, a proposta pedagógica, o currículo deve aproveitar os conhecimentos adquiridos fora da escola fazendo um elo entre os conhecimentos científicos e os empíricos que o aluno já tem.

Os alunos que ingressam na modalidade de ensino da EJA, segundo dados das Diretrizes Curriculares são: as mulheres que são a maioria, os idosos e os alunos com necessidades educacionais especiais.

Nas Diretrizes Curriculares para EJA (p.12) conta o seguinte:

A mulher que é a grande maioria nas salas de aula de EJA. [...] foram as mais prejudicadas pela sociedade capitalista e patriarcal em que estão inseridas, sendo excluídas dos processos de aprendizagem formal, sendo relegadas a ocupar os cargos mais baixos no mundo do trabalho, ou ainda com os salários mais baixos que os salários masculinos.

As mulheres jovens e adultas que retornam à sala de aula buscam conhecimentos, que lhes ofereçam subsídios para competir no mercado de trabalho de forma igualitária e justa. Algumas conseguem frequentar os cursos universitários, outras buscam a capacitação técnica que lhes auxiliam a ocupar cargos com salários mais elevados.

Os jovens geralmente abandonaram os estudos por deficiência e dificuldades de aprendizagem e a função da EJA e dos professores, é atender essas necessidades oportunizando o acesso e permanência na escolarização formal, com formação técnica como o pró-jovem no ensino fundamental e o técnico profissionalizante ou pós-médio no ensino médio.

Os idosos não estão preocupados com a inserção no mercado de trabalho, elas buscam na EJA a realização pessoal, o desenvolvimento de conhecimentos e a convivência pessoal, a escola surge como melhoria na qualidade de vida.

O modelo educativo para tornar o ser humano numa sociedade igualitária não pode o acesso à aquisição de aprendizagens instrumentais necessárias à vida, à economia e à sociedade. Os educandos de EJA já possuem uma bagagem de vida

e, portanto, deve-se respeitar esta cultura, aproveitando-a como saberes, aperfeiçoando-a na teoria e na prática.

Gonçalves (2007, p.64) enfatiza que:

O modelo educativo para a educação escolar de pessoas adultas integra tanto os conhecimentos técnicos e científicos como os valores democráticos e sentido crítico com a idéia de favorecer processos de igualdade e de transformação social; afinal, o mundo do trabalho e o mundo da vida exigem competências instrumentais e comunicativas.

Estas competências é que vão diminuir a desigualdade social, econômica e cultural do educando adulto, pois são condições importantes para a participação no ambiente social e do trabalho.

Gonçalves (2007) vai mais longe quando fala que a educação de jovens e adultos não é uma dívida, mas um direito social, e a inserção da tecnologia nessa modalidade de ensino é um compromisso para a superação das desigualdades. Essa educação deve unir interesses pessoais e sociais, buscando na leitura de mundo e da palavra enfatizadas por Paulo Freire. Para a população que frequenta a EJA, o uso da tecnologia é raro, ampliando as diferenças sociais, por esse motivo que a escola pode e deve lançar mão de ferramentas.

2.1. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO (TICs)

Ao longo do tempo o homem foi beneficiado com a tecnologia, cuja função é facilitar o trabalho, tornando-o mais produtivo e ágil, com a modernização, as inovações tecnológicas nem sempre são benéficas, principalmente quando seu crescimento é mal projetado.

Conforme cita Rosa (2008, p.20),

nos últimos anos do século XX, o lado negativo do progresso tecnológico tornou-se objeto de reflexão nas sociedades industrializadas, que se voltaram para a busca de tecnologias alternativas menos agressivas ao meio ambiente.

A observação do autor é pertinente, a partir do fato de que a tecnologia traz benefícios ao mesmo tempo em que gera efeitos catastróficos ao meio ambiente e

ao homem. A tecnologia na educação precisa ser entendida para que cumpra suas reais funções.

Baseando-se na teoria de Bloom (1973), Rosa (2008, p.21) enfatiza que:

Para perpetuar o conhecimento, a sociedade moderna precisará transmitir os conhecimentos conquistados para as gerações vindouras. Esse é o domínio da educação na sociedade e ensinar constitui uma atividade prática de transferência de conhecimentos. Vários são os métodos e os recursos utilizados para tal. Esse conjunto de recursos, métodos e sistemas educacionais que auxiliam como ferramenta do processo de ensino estabelece a abrangência e o domínio da tecnologia educacional.

Como cita o autor, ensinar constitui transferir conhecimento e a tecnologia é um saber necessário nos dias atuais, o trabalho exige esse conhecimento e o domínio da técnica.

Silva (2008, p.4) salienta que:

Tecnologia e trabalho representam atividades autônomas e interdependentes, fundamentais para a compreensão e construção do processo de produção e organização da sociedade. Trabalhar, criar e aprender fazem das várias dimensões da vida social. Trabalho e educação, em sua permanente dialética, são fontes de produção, acumulação e transformação do conhecimento teórico-prático, necessárias ao indivíduo no seu relacionamento com o ambiente natural e social, indispensáveis à conquista de uma cidadania plena.

As relações de trabalho são reorganizadas com a inserção da tecnologia que exige do indivíduo preparação específica e a aquisição de conhecimentos para interagir no mundo informatizado, tecnológico e globalizado. Aqueles que não dominam essa ferramenta são excluídos do mercado de trabalho. As empresas estão em contínuas mudanças estruturais, exigindo trabalhadores capacitados e estes também passam por constantes adaptações e reaprendizagens.

Na educação escolar, o uso do computador representa uma ferramenta de apoio ao trabalho pedagógico, tanto do professor quanto do aluno, é um importante meio de pesquisa e informação. O desenvolvimento de competências de ambos (professores e alunos) mesmo que seja modesta, podem se tornar eficazes e contribuir para a melhoria da educação escolar.

Libâneo (1986, p.25) afirma:

Pois é o professor, embora não seja o único, o principal direcionador do processo de ensino, não na perspectiva da escola tradicional que centraliza tudo na sua figura, mas na compreensão de que ele dispõe dos conhecimentos sistematizados e pode, dessa maneira contribuir para que o aluno domine os conteúdos indispensáveis à conquista de sua cidadania.

O que se vê atualmente nas escolas é que os alunos dominam a tecnologia, principalmente os mais jovens e que cursam o ensino regular, o computador deixou de ser um instrumento da elite e passou a fazer parte de quase todas as classes sociais. Não se pode generalizar, no caso de alunos jovens e adultos já inseridos no mundo do trabalho, esta realidade muda, muitos não têm acesso aos meios informatizados, além disso, lhes falta o domínio da técnica.

Silva (2008, p.5) ressalta que:

A escola, professor e alunos, devem estar cientes da importância de integrar suas buscas de conhecimentos à uma nova aplicação dos avanços das tecnologias de informação e comunicação no processo do ensino e da aprendizagem, na perspectiva de gerar formação de pessoas capazes de conviver com as mudanças do meio e de se integrarem ao mercado de trabalho.

Portanto, a relação da educação com a tecnologia está interligada, manifestando-se de forma problematizadora, mediadora e incentivadora na busca pelo conhecimento, desta forma, professores e alunos adquirem habilidades específicas, necessárias na construção da realidade social.

As mudanças que vêm ocorrendo no mundo moderno e globalizado atingem a escola, por ser esta um segmento da sociedade, nesse sentido torna-se imprescindível buscar recursos transformadores que sirvam como metodologia do trabalho pedagógico.

Prado (2005) *apud* Silva (2008, p.4) salienta que: “embora a tecnologia seja um elemento da cultura bastante expressivo, ela precisa ser devidamente compreendida em termos das implicações do seu uso no processo ensino e aprendizagem”. Assim, os professores poderão integrá-la à prática pedagógica.

A inclusão digital está inserida nas relações de trabalho e exige preparação para o uso das tecnologias, desta forma, os professores devem adequar-se a esta nova era, sendo que aqueles que não acompanharem as mudanças tecnológicas, de certa forma, serão excluídos do mercado de trabalho.

As novas tecnologias podem representar um instrumento auxiliar no trabalho docente, ela contribui para desenvolver competências tanto do professor quanto dos alunos. E conforme Silva (2008, p. 5) “pode vir a se tornar uma modesta, porém eficaz, contribuição para a melhoria da nossa educação escolar”. Assim, acredita-se que, a partir da aquisição do conhecimento e do domínio das ferramentas tecnológicas, professor e alunos poderão trabalhar juntos na aquisição do conhecimento e habilidades específicas.

Na Educação de Jovens e Adultos, a importância para a inserção das tecnologias dá-se em nível mais elevado, sendo que professor e alunos já fazem parte do mercado de trabalho e necessitam aprender e dominar as técnicas exigidas pelas ferramentas que compõem a tecnologia da informação.

Os jovens e adultos, mesmo com a formação educacional incompleta, são trabalhadores formais ou informais que contribuem política, social e economicamente para o desenvolvimento do País. Portanto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é imprescindível para reparar, equalizar e qualificar estes trabalhadores.

Para Gonçalves (2007) a EJA,

É entendida como a nova chave para o século XXI, por ser uma consequência do exercício da cidadania e condição para a participação plena na sociedade, incluindo-se a qualificação e a requalificação profissional, diante da Sociedade da Informação (GONÇALVES, 2007, p.25).

Neste sentido, a EJA serve para diminuir as discriminações e emancipar os brasileiros, vítimas da sociedade excludente. As Tecnologias da Informação (TICs) entram nas escolas, por fazerem parte da sociedade tecnológica e globalizada, não há mais como fugir a esta realidade, o mercado está repleto de máquinas de todos os tipos, a informatização impera e as pessoas necessitam adequar-se ao momento. A utilização de tecnologias na escola segue em descompasso. O mercado já aderiu e necessita de mão-de-obra qualificada, portanto é urgente que se introduza os alunos nesse ambiente virtual.

Na escola regular, a utilização de recursos tecnológicos como suporte para a prática pedagógica é uma tarefa difícil. Para os professores, ela já chega defasada.

Boa parte dos alunos fica mais tempo na frente de seus computadores particulares ou nas lojas que oferecem internet com baixo custo aos menos favorecidos, as chamadas Lan House ou Cyber Cafés. Nesses locais é possível “navegar” pela vasta enciclopédia virtual, jogar, conversar e fazer o maior número de contatos em curtos espaços de tempo, através de conversas pelo MSN, Orkut e emissão de e-mails. Se os professores da educação fundamental e média, das escolas regulares sentem dificuldades em acompanhar a evolução do mundo virtual já dominado pelos alunos, imagina-se então, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em que ambos, professor e aluno, estão apenas iniciando no mundo das Tecnologias da Informação (TICs). Não se pode generalizar, nesse ambientes, um ou outro tem contato com os meios virtuais e até dominam as técnicas de pesquisa.

Demo (2007, p.14) baseado em Konh (1999) salienta que os alunos, podem não gostar da escola,

mas gostam de computadores. Enquanto algumas escolas (sobretudo privadas) vão se adaptando ao computador e, aos poucos, este se torna equipamento didático indispensável, outras tantas estão divorciadas, não só porque não há computadores nas escolas (escola pública principalmente), mas também porque muitos professores não saberiam o que fazer com eles.

Não se pode dizer que os professores não dominam os meios virtuais e por isso estão menos instruídos, a inclusão digital tem buscado superar esta deficiência educativa, os cursos de capacitação para professores têm estado presente tanto nas escolas regulares quanto nas universidades. As escolas estão aparelhadas de laboratórios de informática. Mas, é importante salientar que o déficit de educadores treinados, com habilidades e competências no uso da Tecnologia da Informação (TICs) ainda se restringe a um pequeno grupo.

O objeto deste estudo não é apresentar as diferenças entre alunos e professores, mas de mostrar que os professores devem utilizar novas metodologias, como a inclusão digital para incentivar o enriquecimento cultural, e o meio mais acessível e de interesse dos alunos é a tecnologia dos computadores. É nesse meio que o professor precisa avançar, para motivar os alunos jovens e adultos para que aprendam a utilizar as tecnologias de informação como ferramenta para o ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, para o trabalho.

As novas tecnologias da informação oferecem possibilidades de aprender e devem deixar de ser simples auxiliar (na aprendizagem) para tornar-se centro de outra forma de aprender, que afeta, em primeiro lugar a mudança dos modos de comunicação e dos modos de interação.

A educação tecnológica diz respeito, principalmente aos professores, que pensam na inovação e na renovação do ensino acontecendo por meio de máquinas na escola. O professor deve instrumentar-se da teoria e da prática favorecida pelos meios virtuais para poder utilizar esses recursos na escola, tornando a sala de aula mais atraente tanto para ele como educador, quanto para os alunos.

Para que escola e professores consigam tornar as aulas mais atraentes e interessantes, torna-se necessário o trabalho de pesquisa, mas esse deve ser direcionado e organizado de forma objetiva pelo professor, que conte com o trabalho em equipe e que utilize de alguma forma as bibliotecas virtuais, no sentido de enriquecer o assunto pesquisado.

Cortelazzo e Romanowski (2009, p.34) salientam que:

Na atualidade, há uma preocupação com a alfabetização digital. Assim, os sistemas de ensino estão procurando criar laboratórios equipados com computadores para que os alunos aprendam a usar esses suportes tecnológicos. [...] Os equipamentos podem ser empregados também para a realização de pesquisa, além de servirem à comunicação em rede.

Atualmente, depara-se com a necessidade de compreender as tecnologias, para que professores e alunos possam incorporá-las como práticas, tanto pedagógicas como para o trabalho fora da escola.

Segundo Hildenbrand (2010, p.1), em artigo editado sobre as “Tecnologias educacionais: presença ausente nas escolas”, ela cita que:

Usar tecnologia não é mero clicar de botões, de trazer fita de áudio ou vídeo para ser assistida, enquanto o docente realiza outra atividade de maior importância [...]. Usar tecnologia é muito mais do que isso: há uma base conteudista inerente a este fazer e esta base está, inegavelmente, indissociada da opção filosófica que ancora a nossa compreensão acerca da Tecnologia Educacional.

Os alunos jovens e adultos buscam na escola o saber necessário para o mercado de trabalho, a profissionalização indispensável para o exercício pleno da

cidadania. As Diretrizes Curriculares para EJA reproduzem a concepção de educação que consta no Parecer CNE/CEB 11/2000, sendo que a educação

[...] possibilita ao indivíduo, jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado [...] a educação de jovens e adultos representa uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades. Nela adolescentes, jovens, adultos e idosos poderão atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e ter acesso a novas regiões do trabalho e da cultura.

Mas para atingir essa educação, a escola necessita desenvolver uma proposta curricular com funções básicas para essa modalidade de ensino, dentre elas citam-se: a reparação, a equalização e a qualificação.

Sobre essas funções básicas Chilante e Noma (2005, p.6) enfatizam que:

A função reparadora da EJA é justificada, no Parecer CNE/CEB 11/2000, pelo alto número e analfabetos existentes no Brasil e apresentada como propiciadora do ingresso no mercado de trabalho. No referido Parecer defende-se a tese de que a EJA constitui-se em uma oportunidade de atender à atual exigência das competências requeridas pela vida cidadã e pelo mercado de trabalho.

Na função equalizadora as autoras informam que esta “articula-se com os interesses daqueles que tiveram sua trajetória escolar interrompida e apresenta-se como possibilidade de um novo ponto de partida para a igualdade de oportunidade” (CHILANTE; NOMA, 2005, p.7).

A função equalizadora, parte do pressuposto de que os alunos de EJA necessitam maiores oportunidades, além da alfabetização, esta modalidade de ensino precisa trabalhar as múltiplas linguagens visuais e conhecimentos para a aquisição da autonomia, cidadania e trabalho. A função equalizadora garante a equidade, como forma de distribuir bens sociais e garantir a redistribuição e alocação de igualdade, levando em consideração as situações específicas desta população (BRASIL, 2000).

Sobre a função qualificadora em EJA, Chilante e Noma (2005, p.7) salientam que:

É relacionada com a tarefa de levar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida. De acordo com o Parecer CNE/CEB 11/2000, mais do que

uma função permanente da EJA, essa função é o seu próprio sentido. A função qualificadora procura levar o jovem e o adulto a se atualizarem em quadros escolares ou não-escolares.

O foco principal do Parecer 11/2000 é a educação permanente e criação “de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade” (BRASIL, 2000, p.41).

Esta função tem a finalidade de qualificar e requalificar levando o indivíduo a “descobrir novos campos de atuação da descoberta de uma vocação pessoal” (Idem, p.41). O desemprego e o avanço tecnológico aplicado aos processos produtivos têm gerado um tempo liberado. Alunos “jovens ainda não empregados, desempregados, empregados em ocupações precárias e vacilantes [...]”, na EJA, encontram suas funções reparadoras, equalizadoras e qualificadoras, “[...] um lugar de melhor capacitação para o mundo do trabalho e para a atribuição de significados às experiências sócio-culturais trazidas por eles” (BRASIL, 2000, p.42).

O que se espera da educação de EJA, está especificado no Parecer. A EJA deve atender às novas necessidades, e como a tecnologia está inserida no mundo moderno e do trabalho, torna-se necessário que a escola se instrumente desse saber para poder repassá-lo.

Gonçalves (2007, p.67) cita que:

A escolarização de jovens e adultos, apesar de ser a formal, transforma-se em espaço de encontro de muitos saberes e formas de ser, já que neste espaço sujeitos marginalizados socialmente estabelecem fortes relações entre si, com a educadora, com o mundo, na busca de superar exclusões e marginalizações, algumas já arraigadas.

Neste sentido, a emancipação digital constitui processo educativo e também faz parte da educação formal. A alfabetização de adultos envolve a leitura crítica de mundo, que, na perspectiva freireana, compreende o próprio mundo, portanto, a leitura e a escrita vão muito além da decodificação, elas caminham para a compreensão da totalidade onde estão inseridas as parcialidades vividas.

Freire e Macedo (1990, p.31) citam que:

É impossível [...] compreender a alfabetização separando completamente a leitura da palavra da leitura do mundo. Ler a palavra e aprender como escrever a palavra, de modo que alguém possa lê-la depois, são precedidos

do aprender como escrever o mundo, isto é, ter a experiência de mudar o mundo e de estar em contato com o mundo.

Aprender a ler e escrever de forma crítica e autônoma requer um longo aprendizado e exercício permanente. A pós-alfabetização é o período em que se sugere a implantação das tecnologias educacionais que contribuem para a inserção do aluno jovem e adulto no mundo globalizado e do trabalho.

A tecnologia na educação se refere aos artefatos, métodos e técnicas disponíveis tanto para professores quanto para os alunos, servem para facilitar o trabalho pedagógico, enriquecendo relações interpessoais e facilitando o processo ensino e aprendizagem. É menos cansativo e monótono, oferece mais opções de pesquisa em menos tempo (CHAVES, 1999).

O homem sempre esteve em busca de algo novo, por isso a tecnologia é um recurso que está em constante aperfeiçoamento e renovação, e o avanço tecnológico considerado revolucionário nos últimos tempos é o computador, pela facilidade de comunicação que ele oferece. Talvez esse seja o motivo para que se compreenda o impacto causado sobre a vida das pessoas e na sociedade. Atualmente, não se cogita viver sem computador e muito menos gerenciar atividades cotidianas sem essa ferramenta. Portanto, a escola, os professores e os alunos devem entender que a tecnologia é fundamental para a educação. Na realidade, já se usam diversas tecnologias no trabalho educacional, mas a inclusão digital é fundamental por se estender em outros segmentos da sociedade.

A inclusão digital é importante no processo de ensino, na educação continuada, como cita Silva Filho (2003) “a educação é um processo e a inclusão digital é elemento essencial do mesmo”. Portanto, é imprescindível que os governos, mantenham seus programas para fornecer aparelhos para as escolas. A sociedade também deve participar, contribuindo para que todos tenham acesso à educação e à redistribuição de renda permitindo assim acesso as TIC's.

Por ser um tema relativamente novo na educação, a inclusão digital e o uso das TIC's nas escolas, percebe-se a precariedade dos estudos desenvolvidos nessa área, a escassa bibliografia, principalmente se relacionado ao ensino de EJA. As dificuldades que envolvem essa modalidade de ensino, inúmeras vezes se reportam ao letramento, os alunos nem sempre conseguem superar suas defasagens e

chegar à pós-alfabetização, momento em que conseguem avançar em conteúdos mais elaborados e exigidos para o domínio e uso das tecnologias. Mesmo assim, não se pode negar a essa população a inclusão digital, que deve ser mediada pelos professores.

A proposta curricular das escolas de EJA deve contemplar a inclusão digital e o uso das TIC's, tanto pelos professores quanto pelos alunos, a sugestão neste trabalho é para o uso de computador como uma ferramenta para diminuir a distância entre o trabalho manual e o trabalho tecnológico. Grande maioria de alunos que frequentam a EJA está inserida no mercado de trabalho, mas são excluídos de alguns segmentos por não dominar a leitura, escrita e interpretação, além de ter imensa dificuldade para dominar as máquinas. Atualmente, quem já está incluído no mundo digital tem mais chances de conquistar um espaço melhor no mundo do trabalho.

Este estudo aborda a inclusão digital, o uso das TIC's na educação e em especial a utilização dos laboratórios de informática na escola de EJA.

3. METODOLOGIA

No que se refere aos aspectos metodológicos, lançou-se mão da pesquisa bibliográfica para a contextualização do referencial teórico, utilizando-se livros técnicos, revistas especializadas, periódicos da área temática, bem como de meios tecnológicos, como a Internet. Trata-se, portanto, da revisão de literatura constituída de textos teóricos e por registros de autores que já escreveram sobre o tema. São os chamados documentos de fontes secundárias, pois já foram elaborados em função de determinados objetivos.

Para a pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas por meio de questionários (apêndices 1 e 2) semi-estruturados, além do uso de observações diretas por parte do pesquisador. Em verdade, o questionário constitui-se de uma série de perguntas respondidas por escrito 'com' e 'sem' a presença do entrevistador. Junto com o questionário foi encaminhada uma nota explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas com o maior grau de veracidade possível.

3.1 UNIVERSO, AMOSTRAGEM E LOCALIZAÇÃO

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola de EJA no município de Francisco Beltrão, com professores de EJA, compondo ao universo pesquisado 65 participantes que frequentam o espaço escolar de EJA. Foi selecionada uma amostra de 50 alunos e 15 professores, para a pesquisa direta. A escolha dos professores e alunos foi aleatória, houve uma conversa prévia para solicitar a coleta de dados, a seguir foram entregues os questionários para quem se mostrou solidário e cooperativo com a pesquisa.

3.2 TRATAMENTO DOS DADOS

Após a coleta dos dados, realizada por questionários semi-estruturados, os mesmos foram tabulados sob a forma de quadros e tabelas.

3.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

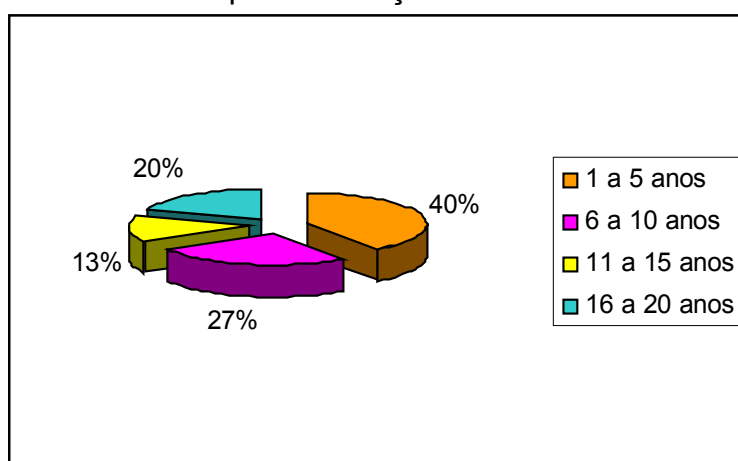
Como foi proposto no início deste trabalho, realizou-se a pesquisa bibliográfica e na sequência a pesquisa de campo em uma escola de EJA na cidade de Francisco Beltrão. A escola conta com uma boa estrutura e laboratório de informática, embora não como se apresenta na teoria, mas dando seus primeiros passos em direção da inclusão digital, haja vista que há muitas divergências entre a teoria e a prática, principalmente no que se refere à preparação profissional, material didático e de apoio, e ainda do espaço físico da escola.

Dentro destas perspectivas, pesquisou-se esta escola, ou melhor, seus profissionais e alunos, no intuito de verificar como está ocorrendo na prática a inclusão digital e o uso das Tecnologias da Informação (TIC's).

3.4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA COM PROFESSORES

Nesta análise de dados, o nome dos pesquisados foram omitidos para manter a integridade dos pesquisados. Iniciou-se a análise com os professores da referida escola, identificando-os com letras, por exemplo: Professor A, Professor B e assim sucessivamente.

Gráfico 1 – Tempo de Serviço

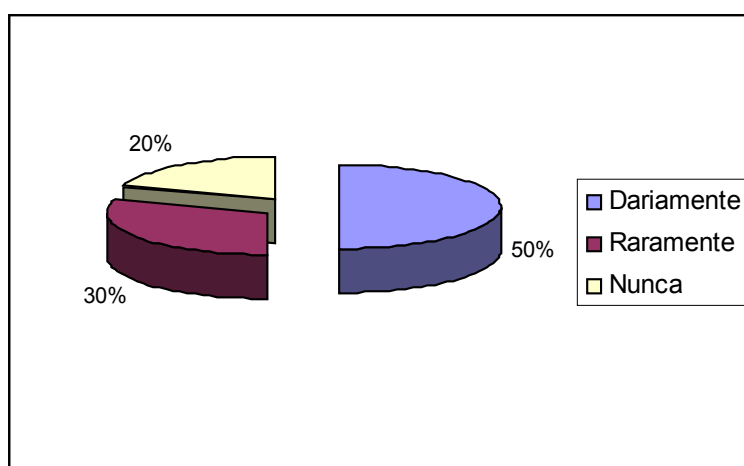


FONTE: A autora, 2010

Os dados apresentados na pesquisa sobre a identificação mostram o tempo de serviço, 40% possuem de 1 a 5 anos de magistério; 27% entre 6 e 10 anos; 20% de 16 a 20 anos e 13% com mais e 16 anos. Mesmo sendo profissionais com algum tempo de carreira, no decorrer da análise, pode-se perceber que a inclusão digital para eles nem sempre é vista de maneira positiva.

A idade dos pesquisados varia entre 22 a 55 anos. A seguir, constam as questões inerentes ao tema inclusão digital.

Gráfico 2 – Utilização do computador pelos professores



Fonte: A autora, 2010

Quando questionados sobre a utilização do computador, dos 15 professores pesquisados apenas 20% disseram não usar o computador, 30% disseram que usam raramente, com a ajuda de outras pessoas (filhos, colegas) e 50% informaram que digitam provas, trabalhos, acessam alguns sites de pesquisa, usam e-mail, mas informaram que lhes falta tempo e que nem sempre utilizam com intenção de melhorar o ensino e aprendizagem dos alunos.

A maioria dos professores entrevistados tem acesso à internet, seja em casa ou no local de trabalho, o que comprova o crescimento do uso desta tecnologia de informação na área da educação, principalmente pelos profissionais.

Para Munhoz (2002, p.47),

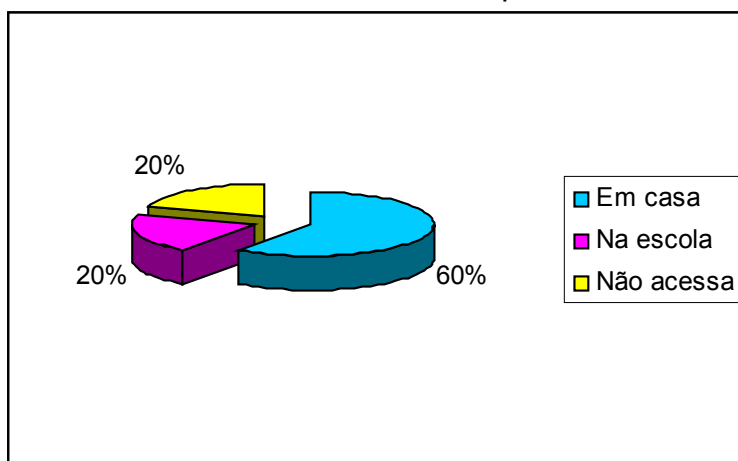
As mídias devem ser utilizadas não como meros instrumentos tecnológicos. Elas podem servir como meio de incentivar a imaginação e despertar o desejo pela pesquisa e participação, tornando o ambiente de aprendizagem colaborativo.

Segundo consta no Relatório síntese da II Oficina de Inclusão Digital, realizada de 27 a 30 de maio de 2003 (p.1), em Brasília apresenta nas considerações gerais que:

O acesso à informação e o direito à comunicação são direitos inalienáveis do ser humano e, por isso, o acesso e a produção da informação utilizando tecnologias digitais de informação e comunicação (TICs) devem ser compreendidos como um novo direito humano fundamental, devendo ser respeitado, garantido e promovido pelo Estado brasileiro.

No entanto, sete anos depois, muitos professores continuam acessando pouco os meios de informatização e desconhecendo esse instrumento no uso diário nas escolas.

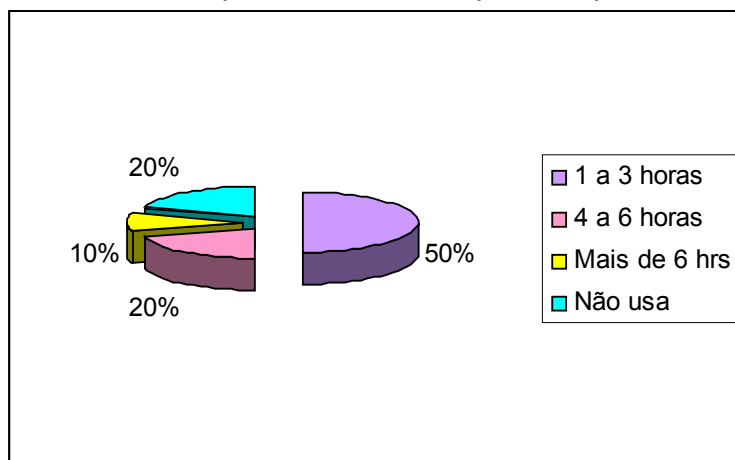
Gráfico 3 - Local de acesso ao computador e a Internet (professor)



Fonte: A autora, 2010

Dos professores pesquisados, 60% costumam acessar a internet em casa; 20% na escola e 20% não acessam. Questionou-se a frequência com que acessam o computador e a Internet. As respostas variaram entre: “uma vez por semana, diariamente e quando há tempo”.

Gráfico 4 - Tempo de uso do computador por semana (professor)



Fonte: A autora, 2010

A média utilizada está entre 1 a 3 horas semanais, sendo que 50% dos professores disseram que conseguem ficar durante este tempo no computador, 20% usam o aparelho de 4 a 6 horas por semana, 20% não usam e 10% conseguem ficar mais de 6 horas utilizando esta ferramenta.

Sobre a participação em projeto de inclusão digital 100% dos professores informaram que participam do projeto de inclusão digital oferecido pela Secretaria Estadual de Educação que iniciou as atividades no segundo semestre deste ano de 2010. Mas informaram que na escola não participam de nenhum projeto.

Segundo Munhoz (2002), a educação com tecnologia deve ser um trabalho de equipe e não um trabalho individual em consonância com a natureza interdisciplinar da tecnologia. Dessa forma, apresentar capacidades de trabalho em equipe e desenvolver esta capacidade entre os estudantes sob sua responsabilidade é uma das medidas simples e de profundas consequências na melhoria da qualidade da educação de uma forma geral.

Os índices de informatização nas escolas aumentaram consideravelmente nos últimos anos, mas a inclusão digital, nas escolas públicas ainda não é totalmente satisfatória. A pesquisadora Neide de Aquino Noffs, da Faculdade de Educação da PUC-SP e que editou o livro "Inclusão Digital" em 2004, cita o seguinte: "o laboratório de informática existe, mas não é usado com frequência. Não é uma atividade rotineira para os alunos; não é como a biblioteca, que fica aberta o tempo todo" (NOFFS, 2004, p.151).

A instalação de laboratório de informática nas escolas, não é suficiente para incluir os alunos na era digital, principalmente em espaços de EJA, nesses locais a dificuldade de acesso e domínio das tecnologias ainda é maior. Nesse sentido, os professores devem estar capacitados para conduzir o aluno na alfabetização e inclusão digital.

Os professores foram questionados sobre a inclusão digital, se já ouviram falar e 100% informaram que sim e em que local, responderam que na escola com os colegas professores e em documentos escolares.

Mesmo com estas informações a inclusão digital não está alcançando todos, como é o objetivo das propostas educacionais. Percebe-se que muitos ainda desconhecem o que é, para que serve, como funciona, a quem se destina entre outras questões referentes ao tema.

No Relatório Síntese da II Oficina de Inclusão Digital, realizada de 27-30 de maio de 2003 (p.1), em Brasília, apresenta nas considerações gerais que:

para superar os obstáculos para o efetivo envolvimento da sociedade em ações de inclusão digital é preciso criar estratégias para uma melhor informação dos seus atores, produzindo instrumentos de coordenação e articulação entre as diferentes ações.

No entanto, como mostra a pesquisa, as informações necessárias para o envolvimento da sociedade não ocorreram de forma a atingir a todos, isso porque muitos professores ainda não se envolveram com a inclusão digital, e dessa forma, acredita-se que a comunidade escolar como um todo, não está preparada para utilizar de forma segura as TIC's.

Os professores foram questionados sobre o que entendem por inclusão digital e as respostas são as seguintes:

- Professor A – “Levar a Internet a todos”.
- Professor B – “Dar oportunidade aos mais carentes”.
- Professor C – “Saber fazer bom uso da informática”.
- Professor D – “Uma forma de dar oportunidade as pessoas pobres, a fim de conhecerem melhor o mundo em que vivem”.
- Professor E - “Informática para todos”.

- Professor F – “Dar oportunidades aos mais carentes”.
- Professor G – “Ensinar alguém a operar um computador”.
- Professor H – “Ter acesso, usar, dispor e melhorar sua vida, seu trabalho”.
- Professor I – “Proporcionar as pessoas o uso das tecnologias digitais”.
- Professor J – “Internet para todos”
- Professor K – “Não respondeu”.
- Professor L – “Ter acesso as tecnologias de informação”.
- Professor M – “Dar oportunidade de um mundo novo aos menos favorecidos”.
- Professor N – “Fazer com que todos os cidadãos tenham a oportunidade de entrar na internet”.
- Professor O – “Proporcionar a todos ao menos o mínimo acesso as tecnologias de informação”.

Embora alguns desconheçam as finalidades da inclusão digital, apontaram o acesso e oportunidades de utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), mostrando que embora não haja divulgação necessária sobre os programas de Inclusão Digital, os professores pesquisados compreendem o seu significado para a educação.

No ano de 2000, o governo federal criou o Programa Governo Eletrônico, cuja intenção é atender as classes menos favorecidas, nesse sentido, foram desenvolvidas estratégias para colocar nas escolas, laboratórios de informática e, ainda, uma linha de financiamento para que os professores pudessem adquirir seu próprio computador (BRASIL, Governo Eletrônico).

O governo brasileiro desenvolveu iniciativas para atender a sociedades contemporâneas, cujas estruturas e funcionamento estão sendo significativamente alteradas pelas tecnologias de informação e de comunicação. E como a escola tem um papel importante na formação cidadã, não pode ficar alheia as inovações e programas que beneficiem os alunos das escolas públicas estendendo esse atendimento aos jovens e adultos, que esperam na inclusão digital uma oportunidade para o trabalho.

Os professores foram questionados sobre os receios que eles têm em relação à inclusão digital e as respostas foram às seguintes:

- Professor A – “Se todos terão acesso”.
- Professor B – “A pornografia que está constante e a diminuição da procura por livros”.
- Professor C – “Não tenho”.
- Professor D – “Roubos, sites pornográficos”.
- Professor E - “Como conseguirão?”.
- Professor F – “A diminuição de procura de livros”.
- Professor G – “Nenhum”.
- Professor H – “Que se perca o contato humano, a profundidade dos fatos e das relações e torne tudo muito superficial”.
- Professor I – “Que ela seja usada para fins como: pedofilia, estelionato e outros crimes ligados a internet”.
- Professor J – “Nem imagino”
- Professor K – “Não respondeu”.
- Professor L – “Que ela se torne apenas um meio de diversão e não seja usada pedagogicamente como deve”.
- Professor M – “O mau uso que as pessoas fazem do computador e principalmente da internet”.
- Professor N – “Pensamos quando a ciência estiver mais avançada, podemos perder a privacidade”.
- Professor O – “Que ela torne as pessoas mais individualistas”.

Dentre os receios, apontam se todos realmente terão acesso; problemas com a pornografia que está constante; a diminuição da procura por livros; roubos; como conseguirão a inclusão de todos neste programa; a perda de contato humano, a profundidade dos fatos e das relações e que torne tudo muito superficial; o uso para fins como: pedofilia, estelionato e outros crimes ligados a internet; que se torne

um meio de diversão e não pedagogicamente como deve; a perda da privacidade e que torne as pessoas mais individualistas.

As ações escolares devem promover a inclusão digital e equiparação de oportunidade para a população brasileira, respeitando os conceitos de Diversidade e Desenho Universal. Cabe especificar que o todo social inclui populações com necessidades especiais muitas vezes invisíveis como é o caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), de baixa escolaridade, com impedimentos ou limitações intelectuais e mentais, físicas, sensoriais, motoras e/ou com mobilidade reduzida, pessoas com limitações temporárias e outras (BERMAN-BIELER, 2005)

A educação com tecnologia deve ser um trabalho de equipe e não um trabalho individual em consonância com a natureza interdisciplinar da tecnologia. Dessa forma, apresentar capacidades de trabalho em equipe e desenvolver esta capacidade entre os estudantes sob sua responsabilidade é uma das medidas simples e de profundas consequências na melhoria da qualidade da educação de uma forma geral.

Em se tratando de inclusão digital na educação, supõe-se que o professor na condição de orientador de tal processo tenha uma sólida fundamentação conceitual com relação ao manejo do discurso, o objeto de estudo em relação com os processos de interação intelectual e social concorrentes no trabalho da construção pedagógica do conhecimento que dirige estreitamente relacionado com uma cosmo-visão do homem, da natureza, da sociedade e da cultura e às relações existentes entre a sociedade, o estado e a escola (MUNHOZ, 2002).

Diante do exposto, pode-se dizer que cabe ao professor buscar orientações e informações a respeito da inclusão digital, o que é, para que se destina, como fazer parte da equipe, preparar-se principalmente, buscar formação na área de informática que possa, participar da inclusão digital.

A última questão oportunizou ao professor fazer observações e sugestões quanto à inclusão digital e as respostas foram:

- Professor A – “Se houvesse maior investimento e apoio por parte de todos, talvez conseguíssemos levar a Internet a todas as pessoas”.

- Professor B – “Ela é responsável, hoje, pelo abastecimento de conhecimento que os alunos necessitam”.
- Professor C – “Não respondeu”.
- Professor D – “A globalização depende desse meio para a troca de informações”.
- Professor E - “Para levar a informática a todos precisa-se de investimentos por parte do governo”.
- Professor F – “É preciso no país não só inclusão digital, mas apoio à cultura como um todo. Precisamos no país melhorar nosso ensino, melhorar nossas bibliotecas. A inclusão digital não pode ser utilizada só para coisas fúteis, como jogos em rede, bate-papo entre outros. Devemos mostrar o que melhorar na vida das pessoas, ou seja, os benefícios que pode trazer a Internet, como jornais on-line e outros”.
- Professor G – “Devemos aumentar nossos esforços para cada vez mais incluir mais pessoas na Internet, pois assim teremos mais trocas de informações”.
- Professor H – “Incentivar professores que estão a mais tempo trabalhando para se aproximarem da informática”.
- Professor I – “Deve ser feito um programa onde todas as pessoas possam ter acesso para ao menos poderem realizar as tarefas do dia como: movimentar sua conta no banco sem precisar depender de outros”.
- Professor J – “Sem sugestão”.
- Professor K – “Não respondeu”.
- Professor L – “Todas as pessoas devem ser incluídas nessa era digital, porém, devemos tomar cuidado para não banalizar esse uso e tornar apenas mais uma forma de diversão não aproveitando os conhecimentos que a inclusão pode nos proporcionar”.
- Professor M – “Devemos ampliar o uso dos computadores na escola”.
- Professor N – “Devemos apoiá-la para ter um mundo cada vez mais justo, mas mantendo o cuidado de não intervir de forma a manipular as pessoas”.
- Professor O – “Aquisição de computadores para as escolas, treinando inicialmente os professores para o uso pedagógico das tecnologias”.

Os entrevistados apontaram que se houvesse maior investimento e apoio por parte de todos, talvez fosse possível levar a internet a todas as pessoas. Já que ela é responsável pelo abastecimento de conhecimento que os jovens necessitam, e como a globalização depende desse meio para troca de informações. Apontam ainda que para levar a informática a todos são necessários investimentos por parte do governo, e que é preciso no país não só a inclusão digital, mas apoio à cultura como um todo, pois é preciso melhorar o ensino e as bibliotecas.

A inclusão digital não pode ser utilizada somente com futilidades, sendo que ela pode trazer benefícios, como jornais on-line e outros, com troca de informações e principalmente o incentivo aos professores que estão há mais tempo trabalhando para se aproximarem da informática, com um programa onde todas as pessoas possam ter acesso. A inclusão digital nas escolas deve contribuir para que os professores e alunos realizem as tarefas diárias e que estão disponíveis nos ambientes virtuais. Todas as pessoas têm o direito de serem incluídas na era digital, porém, se deve tomar cuidado para não banalizar esse uso e tornar apenas mais uma forma de diversão. Não aproveitando os conhecimentos que a inclusão pode proporcionar, apoiando o projeto para ter um mundo cada vez mais justo, mas mantendo o cuidado de não intervir de forma a manipular as pessoas e ainda, ampliar a aquisição de computadores para as escolas, treinando inicialmente os professores para o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação (TIC's).

3.5 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA COM ALUNOS

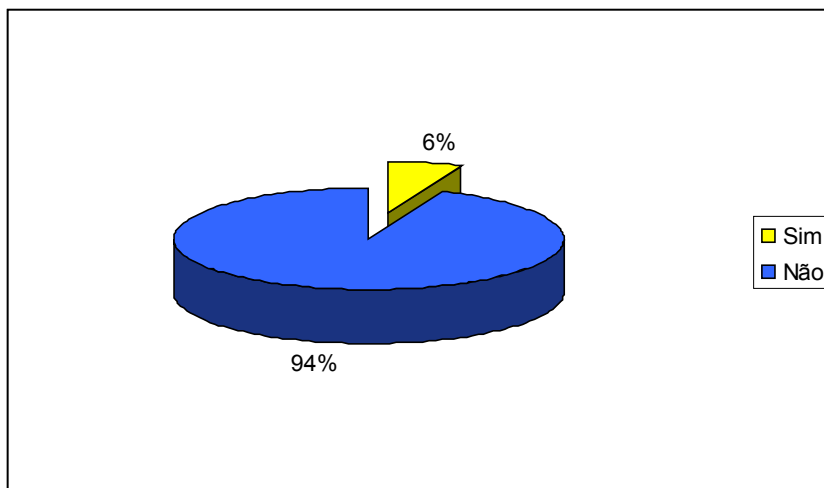
A pesquisa com os alunos foi realizada numa escola de EJA com 50 alunos, já alfabetizados, dos questionários 47 foram respondidos a seguir:

Os pesquisados são das séries do Ensino Fundamental. Apresentando 19 alunos do sexo masculino e 28 do sexo feminino, com idade entre 18 a 50 anos.

Após os dados de identificação, as questões se voltaram para a inclusão digital e o acesso as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's).

A primeira questão perguntava sobre a participação em atividades de inclusão digital e em que local.

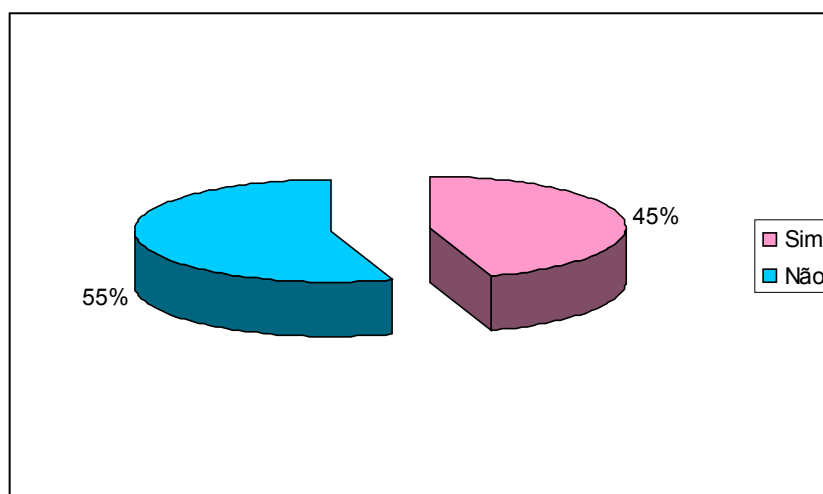
Gráfico 5 – Participação em Atividades de Inclusão Digital (alunos)



FONTE: A autora, 2010

Diante do gráfico acima, constata-se que apenas 3 alunos, 6% dos pesquisados participam de algum projeto ou atividade de inclusão digital, estas são feitas através de cursos de informática realizados em escolas específicas. Enquanto que 94% dos pesquisados não participam de projeto ou atividade de inclusão digital. O que mostra o quanto a inclusão digital está longe de ser realidade nas escolas estaduais. A segunda questão intencionava saber se o aluno já ouvira falar em inclusão digital.

Gráfico 6 – Conhecimento sobre Inclusão Digital (alunos)



Fonte: A autora, 2010

Conforme o exposto no Gráfico 6, que aponta os resultados desta questão, 45% dos pesquisados já ouviram falar da inclusão digital, enquanto que 55% desconhecem o tema, ou seja, não ouviram falar da inclusão digital, não sabem o que é, para que serve entre outros apontamentos do tema.

Na terceira questão, perguntou-se o que o aluno entende por inclusão digital e 44% dos pesquisados não responderam. Os que responderam, demonstraram pouco conhecimento sobre o que é inclusão digital, pois apresentaram como resposta que “é um programa para jogar; incluir pessoas desinformadas na estrada da Internet; inclusão à Internet; um código que acessa a Internet mais facilmente; cursinho de computação; incentivo ao uso da Internet”. Os que conhecem destacaram que se trata de um trabalho que ajuda as pessoas menos favorecidas a terem noções básicas de uso da informática e outros meios de comunicação; que ajuda as pessoas a entenderem melhor os programas de informática; tornar disponível a todos o conhecimento e acesso a novas tecnologias e meios de informação como a Internet; é dar oportunidade a todos ao acesso aos computadores, ao mundo digital; fazer com que as pessoas participem de atividades digitais e a tecnologia digital ao alcance de todos, em todos os níveis, sem restrições de classes sociais.

Quanto aos maiores receios relacionados à Inclusão Digital, 80% dos alunos pesquisados não responderam e os que responderam apontaram que não possuem receio algum, que se todos souberem não será necessário professor de informática. 20% responderam que o computador só serve para jogar; as pessoas

usam para o mal, como acesso à privacidade das pessoas, pedofilia, namoro e outros; que as pessoas se voltem demais para as máquinas e esqueçam uma das outras.

Para finalizar, solicitou-se aos alunos que fizessem suas observações e sugestões a respeito da inclusão digital e esta questão também apresentou um número significativo de questões sem respostas, apenas 18% dos participantes responderam, as quais destacam que a inclusão digital serve para ajudar os menos favorecidos a se atualizarem; que deveriam existir mais oportunidades para os alunos; se as pessoas utilizarem desse meio de conhecimento a inclusão digital propicia mais acesso nos colégios, bairros, etc.; ter mais acesso à Internet gratuita; aumentar incentivo do uso da Internet na escola; a inclusão digital é uma coisa boa, mas deve pensar nos pontos negativos que ela pode trazer e como anulá-los; ser mais divulgada, pois a grande maioria não soube responder o questionário sobre inclusão digital, porque não sabem o que significa.

Com esta última afirmativa, aponta-se o maior problema da inclusão digital, a falta de informação. Poucos sabem o que é, para que serve, como funciona, entre outros apontamentos. A reflexão e questionamentos, como: se realmente está sendo apresentada de maneira correta, ou seja, a informação para todos, que até então, mostrou não ter ocorrido.

Isso porque os alunos pesquisados frequentam a EJA, em fase de alfabetização e desconhecem o que é inclusão digital, não possuem acesso aos meios computadorizados e à Internet, então, como a inclusão digital poderá atingir a todos? Se estes alunos jovens e adultos estão desprovidos de informações a respeito das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's)? Sugere-se que os professores de EJA desenvolvam propostas pedagógicas e metodologias que envolvam o uso de tecnologias da computação, utilizando o laboratório de informática anexo à escola.

3.6 SUGESTÃO DE CONFECÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

A proposta sugerida neste trabalho é para que se construa material didático, mais especificamente *slides* em *Power Point* e que possam ser elaborados pelos

alunos no laboratório de informática ou em computadores pessoais, ou ainda com a mediação do professor utilizando os mesmos recursos. Esse trabalho pode ser feito em equipe e mediando o ensino-aprendizagem. Acredita-se que, com alunos de EJA, seria mais um aprendizado cooperativo entre professor e alunos, sendo que ambos estarão buscando novos conhecimentos. Além de aprender a utilizar este recurso, o material poderá ser apresentado para outros alunos e professores.

Mas para que esse material pedagógico (slides educativos) seja bem utilizado e auxilie o professor e o aluno na pesquisa, no ensino e aprendizagem, o professor deve dominar a técnica da computação, dos sites virtuais, das bibliotecas, conduzindo os alunos para a boa utilização deste recurso. A dificuldade encontrada até o momento, é que os professores ainda não dominam os conhecimentos exigidos pela informática, portanto quanto mais inseridos no meio tecnológico, mais facilidades encontrarão na prática.

A utilização de slides em *Power Point* é fácil e prática, além de ilustrar muito bem o conteúdo que o professor vai utilizar em sala de aula, é óbvio que a elaboração de material pedagógico deste tipo, exige conhecimento e domínio. Portanto, sugere-se que o professor recorra a um projeto de médio e longo prazo, o que, com alunos de EJA é uma dificuldade, devido ao grande número de evasão escolar por parte dos alunos jovens e adultos. A falta de motivação, tempo, horário, exaustão pelo trabalho, necessita ser resgatada, e um projeto de pesquisa utilizando a Internet, contribuirá para melhorar a motivação do aluno de EJA.

A partir do momento em que ele for incluído digitalmente, se sentirá mais seguro para acessar outras fontes de pesquisa, fato que contribui imensamente para a aquisição de conhecimento de mundo.

Para o aluno de EJA que não é alfabetizado, o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) no caso do computador e da internet, as imagens são conhecidas, fazem parte da vida, eles as veem em jornais e programas de TV ou até na vida cotidiana. Portanto, serve para fixar os conteúdos e também, contribuir para o processo ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa bibliográfica realizada, que apontou alguns aspectos referentes ao desenvolvimento recente das Tecnologias de Informação e de Comunicação e que são suficientes para se afirmar que a população vive em uma ‘Sociedade da Informação’ ou do ‘Conhecimento’, é certo que o impacto dessas tecnologias alterou substancialmente as relações sociais, econômicas, culturais e políticas do mundo e principalmente a escola.

Cabe salientar que há muito a ser feito para que a inclusão digital aconteça. As ações de inclusão digital devem ser realizadas no âmbito local, buscando-se a articulação das políticas públicas pertinentes entre os governos federal, estadual e municipal – como executores e indutores – priorizando pequenos municípios e aqueles com índices de desenvolvimento humano mais baixo.

No entanto, embora se aponte que o acesso à educação, à informação e à comunicação são direitos inalienáveis, estes devem ser compreendidos como direitos humanos fundamentais, garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro. A inclusão digital não atinge a todos como deveria, isso foi comprovado por meio da pesquisa de campo realizada, e que respondeu aos questionamentos.

É pertinente destacar que a escola pesquisada possui laboratório de informática há muito tempo, e ainda assim, os alunos não estão incluídos na informatização, principalmente no uso da internet como método de ensino, e que os professores, em sua maioria, também não fazem uso da tecnologia no cotidiano das aulas.

Esses fatores impedem que se faça a inclusão digital e a produção de conhecimentos, fatores fundamentais no desenvolvimento dos alunos, bem como da sociedade, não sendo utilizado como deveria impedindo que os benefícios trazidos por essas tecnologias sejam conhecidos.

Verifica-se que as ações necessárias para lograr resultados efetivos não alcançam a todas as escolas, e que a inclusão digital, embora venha sendo discutida no ambiente escolar, que os laboratórios estão sendo construídos, porém estas ações não são suficientes. As escolas estão munidas de computadores conectados

à Internet, a Inclusão Digital e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação ainda são desconhecidas por muitos, dando a entender que os laboratórios são apenas para aulas de informática, e não para a construção dos conhecimentos, para a inclusão digital de todos os alunos.

É necessário conscientizar os agentes educativos que é por meio da educação que as pessoas são formadas e conduzidas a produzir conhecimentos e transformações sociais e, para isso, é preciso a participação de todos na execução das tarefas cabíveis a cada um, a divulgação, a informação bem como a inclusão de todos os alunos ao uso das ferramentas da comunicação.

É importante, também que a escola se organize de forma a atender todos os alunos no laboratório de informática, para realização de aulas diversas, não somente de informática, mas que as demais disciplinas façam uso do computador como método de trabalho, seja para pesquisa, para aprofundamento e para reforçar o entendimento. A inclusão digital só será concretizada na medida em que professores e alunos realizem suas aulas com mais frequência, acessando a internet, para que, na realidade da escola, se comece a realizar a inclusão digital. E, principalmente que laboratório de informática apresente os mesmos critérios de atendimento que a biblioteca da escola, ou seja, aberta a todos, com funcionário disponível ao atendimento dos alunos, orientando-os no uso desta ferramenta.

Oferecer maior participação ativa, protagonista e política e de uma relação mais estreita com a comunidade, fazendo com que o aluno se sinta e se construa dentro deste contexto. Assim forma-se um projeto de inclusão digital envolvendo toda a comunidade escolar e a sociedade como um todo.

Quando a tecnologia começa a adentrar os espaços educacionais há um momento em que seu uso apresenta-se como prática de um pequeno grupo de educadores e alunos. Esses autores de primeira mão vão gradativamente conquistando outros parceiros, até que exista um contingente de profissionais e de alunos trabalhando, o que induz a inserir tais práticas como uma das atividades inovadoras contempladas no projeto político-pedagógico da instituição e assumidas pela coletividade.

Um fator importante a se destacar é que depois da execução deste projeto houve a mobilização dos profissionais de educação desta escola. Percebendo a

necessidade de assimilação das novas tecnologias e sua utilização no cotidiano escolar, como auxiliar da prática pedagógica, os professores montaram um grupo de estudo, objetivando a troca de experiências e conhecimentos quanto à utilização de recursos tecnológicos e midiáticos em sala de aula.

Os encontros serão aos sábados com a minha monitoria, uma vez que já fui assessora pedagógica da CRTE (Coordenação Regional de Tecnologias na Educação) do Núcleo Regional de Francisco Beltrão, setor este que objetiva auxiliar os professores com o uso das tecnologias e mídias no cotidiano escolar.

Os professores se mostram motivados com a possibilidade de aprender a utilizar estes recursos no processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ALAVA, Séraphin & colaboradores. **Ciberespaço e formações abertas: rumo a novas práticas educacionais?** Porto Alegre: Artmed, 2002
- ARRUDA, Eucídio. **Ciberprofessor: Novas Tecnologias, Ensino e Trabalho Docente.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004
- BERMAN-BIELER, Rosangela. **Brasil discute estratégias para a Inclusão digital.** Disponível em: www.governoeletronico.gov.br acessado em 28/05/2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer no. 11/2000** – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – CNE/CEB. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2000.
- BRITO, Gláucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia. **Educação e novas tecnologias: um repensar.** 2.ed. ver.atual. Curitiba: IBPEX, 2008.
- BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira [et al]. **O coordenador pedagógico e a formação docente.** 8.ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- CHAVES, Eduardo. Tecnologia na Educação, Ensino a Distância, e Aprendizagem Mediada pela Tecnologia: Conceituação Básica. Trabalho publicado in **Revista Educação** da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Ano III, Número 7, Novembro de 1999.
- CHILANTE, Edinéia F. N.; NOMA, Amélia Kimiko. **Educação e trabalho na transição do século XX para o XXI: a função qualificadora da educação de jovens e adultos.** Artigo: UEM, 2005
- CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo; ROMANOWSKI, Joana Paulina. **Pesquisa e prática profissional: materiais didáticos.** Curitiba: IBPEX, 2009.
- DEMO, Pedro. **O porvir: desafios das linguagens do século XXI.** Curitiba: IBPEX, 2007.
- _____. **Educar pela pesquisa.** Campinas: Autores Associados, 1997.
- FEATHERSTONE, Mike. **O Desmanche da Cultura** – São Paulo: Sesc/Studio Nobel, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 13.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GONÇALVES, Becky Henriette. **O uso do computador, alfabetização: o que dizem educadores/as do MOVA.** São Carlos: UFSCAR, 2007.
- GRINSPUN. Miriam P. S. Zippin (Org.). **Educação tecnológica: desafios e perspectivas.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. "A filosofia do ensino à distância e seu papel social" IN: BALALLAI, Roberto (org). **Educação à distância**. Niterói: Centro Educacional de Niterói, 1991.

MATTLEART, Armand. **Comunicação-Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MUNHOZ, Antonio Siemsen. **Tecnologias aplicadas à educação: educação e tecnologia na sociedade de informação**. Curitiba: IBPEX, 2002.

_____. **Ambientes virtuais de aprendizagem**. Curitiba: IBPEX, 2003.

NOFSS, Neide de Aquino. In: CUNHA, Rodrigo. **Informatização nas escolas ainda é pequena**. Disponível em: www.comciencia.br. Acessado em 28/05/2010.

NOFFS, Neide de Aquino. **Inclusão digital**. Petrópolis: Vozes, 2004.

RELATÓRIO SÍNTESE DA II OFICINA DE INCLUSÃO DIGITAL. Brasília, 27-30 de maio de 2003. Disponível em: www.espacoacademico.com.br. Acessado em 28/05/2010.

ROSA, Carlos Alberto. **Proposta e máquinas de ensino-aprendizagem para transição didática em projetos de circuitos integrados CMOS**. São Paulo: USP, 2008 (Dissertação de Mestrado)

Revista Escola Nova. **Um guia sobre o uso de tecnologias em sala de aula**. Editora Abril. Edição 223, junho de 2009.

SILVA, Lindalva de Freitas. **As tecnologias educacionais no contexto do trabalho e suas implicações na prática pedagógica**. Anais Eletrônicos. Universidade Federal de Pernambuco – Recife/PE, 2008.

SILVA FILHO, Antonio Mendes da. **Os três pilares da inclusão digital**. Revista Espaço Acadêmico. Ano III, Nº 24, Maio de 2003.

Sites Pesquisados:

ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque. <http://webinsider.uol.com.br/2006/11/09/o-papel-das-tecnologias-digitais-no-contexto-escolar/>. Acesso em 25/10/2010

HILDENBRAND, Lucí. **Tecnologias Educacionais: presenças ausentes na escola**. <http://www.pedagobrasil.com.br/pedagogia/tecnologiaseducacionais.htm>. Acesso em: 25/10/2010.

Inclusão digital: em busca do tempo perdido. Disponível em: www.espacoacademico.com.br acessado em 28/05/2010.

Apêndice 1

Questionário aplicado aos professores de EJA da cidade de Francisco Beltrão – Pr.

Este questionário faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso da Professora LIEGE RADIM BERLATO, com o título “USO DE MÍDIAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA”. Solicito e agradeço a colaboração de todos, pois seus dados são importantes para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem em EJA.

Dados de Identificação

Tempo de atuação

Idade:

Sexo: () masculino () feminino

1. Tem acesso a internet? Onde?
2. Quais são os principais usos que você faz da Internet/Informática?
3. Onde você costuma acessar a Internet? Com que frequência?
4. Em média, quanto tempo por semana você usa a Internet?
5. Você participa de algum projeto ou atividade de inclusão digital?
() Sim () Não. Qual?
6. Já ouviu falar da Inclusão digital?
7. Para você, Inclusão digital é:
8. Quais são seus maiores receios quanto à inclusão digital?
9. Participa de algum programa sobre inclusão digital? Qual?
10. Para finalizar, utilize o espaço abaixo para fazer suas observações e sugestões, quanto a inclusão digital.

Apêndice 2

Questionário aplicado aos alunos de EJA (Ensino Fundamental e Médio) da cidade de Francisco Beltrão – Pr.

Este questionário faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso da Professora LIEGE RADIM BERLATO, com o título “USO DE MÍDIAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA”. Solicito e agradeço a colaboração de todos, pois seus dados são importantes para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem em EJA.

Dados de Identificação

Idade:

Sexo: () masculino () feminino

1. Já ouviu falar da Inclusão digital? Onde?
2. Para você, inclusão digital é:
3. Quais são seus maiores receios em relação à inclusão digital?
4. Para finalizar, utilize o espaço abaixo para fazer suas observações e sugestões, quanto à Inclusão digital.